



**GÊNERO, SEXO E AS NEGAÇÕES DO BIOLOGICISMO:  
comentários sobre o percurso da categoria gênero**

**GENDER, SEX AND THE BIOLOGICISM DENIAL:  
comments about the trajectory of gender's concept**

Carlos Eduardo HENNING<sup>1</sup>

**RESUMO:**

Neste trabalho procuro explicitar alguns aspectos sobre o percurso do conceito de gênero dentro do 'debate feminista' nas últimas décadas, centrado em análises de produções de autoras como Rosaldo (1995), Butler (2003a, 2003b), Collier & Yanagisako (1987), Rubin (1986), Scott (2002, 1990), Strathern (1988) e Moore (2002), de forma a apresentar os posicionamentos destas autoras principalmente quanto a relevância do "sexo" na constituição da categoria "gênero", assim como das suas posições quanto a afirmações determinísticas do biológico como formador das configurações sociais de 'assimetria sexual'. E, para tanto, me atenho principalmente às conceituações de "gênero" produzidas pelas autoras supracitadas. Este texto não se propõe a fazer uma exaustiva revisão do campo de estudos, mas abordar modestamente algumas notas acerca deste.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Sexo, Biologismo, Feminismo, Antropologia Feminista

**ABSTRACT:**

In this work I try to show some aspects of the trajectory of gender's concept within the 'feminist debate' of the last decades, observing some analysis of the production of authoresses such as Rosaldo (1995), Butler (2003a, 2003b), Collier & Yanagisako (1987), Rubin (1986), Scott (2002, 1990), Strathern (1988) and Moore (2002), in order to introduce the postures of these authoresses about the relevance of 'sex' on the constitution of the 'gender' concept, and how were their positions about the deterministic affirmations of the biological as producer of the social configurations of 'sex asymmetry'. And, so, I keep the approach to the conceptualizations of 'gender' produced by the authoresses above. This text does not propose to make an exhaustive revision of gender studies, but tries to make a modest approach of some notes about it.

**KEY-WORDS:** Gender, Sex, Biologism, Feminism, Feminist Anthropology

---

<sup>1</sup>Mestrando em Antropologia Social no PPGAS/UFSC. Av. Esteves Junior, 574 – Apartamento 204 – Centro, Florianópolis – SC. CEP: 88015-130: [otipodoguri@gmail.com](mailto:otipodoguri@gmail.com)

Neste artigo procuro explicitar alguns aspectos sobre o percurso do conceito de gênero dentro do debate feminista nas últimas décadas, centrado em análises de produções de autoras como Michelle Rosaldo (1995), Judith Butler (2003a, 2003b), Jane Collier & Sylvia Yanagisako (1987), Gayle Rubin (1986), Joan Scott (2002, 1990), Marilyn Strathern (1988) e Henrietta Moore (2002), e de forma a apresentar os posicionamentos destas autoras principalmente quanto a relevância do “sexo” na constituição da categoria “gênero”. Não pretendo efetuar uma revisão exaustiva da produção no campo dos estudos de gênero ou conclusões definitivas sobre tal categoria – como se isso fosse possível – mas, modestamente, traçar um esboço do percurso da categoria *gênero*, por meio desta bibliografia.

O debate acerca de possíveis determinações biologicistas (ou mais comumente da negação de tais determinações) na construção do conceito de gênero (e de sexo) esteve em relevância na produção teórica feminista das últimas décadas com uma importância singular. Esta é outra das questões-eixo deste artigo: de quais formas as referidas autoras se posicionavam quanto a afirmações determinísticas do biológico como formador das configurações sociais de “assimetria sexual”. E, para tanto, me atendo principalmente às conceituações de “gênero” produzidas pelas autoras supracitadas.

Em meu percurso acadêmico também compartilhei – assim como muitos de meus/minhas colegas - dificuldades com as implacáveis “desnaturalizações”<sup>2</sup> que o legado teórico do feminismo (e especialmente da antropologia feminista) nos ensina em suas produções. Creio que isto se dá devido a uma *pedagogia biomédica* amplamente estendida no ocidente e que tende a explicar muitas (senão todas) as manifestações do social e cultural, como reflexos do biológico (reações hormonais, determinações bioquímicas, especificidades corporais – reprodução, amamentação, etc.). Essas dificuldades não eram necessariamente do nível da resistência ao novo – um conservadorismo epistemológico consciente - mas sim de um desapego ao antigo enraizado em percepções aprendidas em cultura, e que para vias de uma *desnaturalização realmente sentida*, necessitavam de certo tempo e reflexão mais delongados, fato que só começou a ser efetivo, passados diversos meses em contato com as teorias feministas e de gênero.

Essa dificuldade de suplantar os pressupostos da determinação de um corpo “sexuado” pré-cultural é discutida por Butler (2003a) e perpassará a discussão apresentada neste artigo. A autora apresenta a “metafísica da substância” (expressão associada à Nietzsche e à crítica contemporânea do discurso filosófico) como uma armadilha construindo ilusões do *ser* e da *substância* “promovidas pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma *realidade ontológica anterior*”, de substância e atributo” (Butler, 2003a, p.42). Para a autora, a crítica à metafísica da substância implicaria necessariamente em uma crítica da própria noção de pessoa psicológica como “coisa substantiva”.

---

<sup>2</sup> As quais Piscitelli (1998: 307) denominou por ‘obsessão feminista’.

<sup>3</sup> O grifo é meu.

## O “FARDO DO BIOLÓGICO” E QUESTIONAMENTO DAS CATEGORIAS UNIVERSAIS

Em fins da década de 1970, porém, o debate não estava pautado diretamente na discussão da negação de corpos binária e oposicionalmente sexuados. A antropóloga feminista Michelle Rosaldo<sup>4</sup> (1995), por exemplo, propunha, para fins de explicar a “assimetria sexual”, a distinção *público x doméstico* (questão que foi extremamente relevante no debate feminista) que seria derivada do fato de as mulheres engravidarem, gestarem, terem o parto e necessitarem amamentar, o que as manteria ocupadas com a criação da prole e afastadas do âmbito das atividades públicas, de poder e atuação, assim como de controle e regulação social, o qual acabava sendo tomado pelos homens, livres das imposições “naturais e biológicas” relegadas às mulheres.

Rosaldo criticava a procura por uma *origem universal* para a assimetria sexual, posto que isto ignoraria as especificidades culturais de cada sociedade e, portanto, não auxiliaria na compreensão das manifestações peculiares que a assimetria sexual desenvolveria em cada cultura. Para ela, não era possível transculturalizar a opressão sexual. Procurava, em 1980, e apesar de explicar a assimetria através de uma determinação biológica (o fardo da gravidez, da amamentação e do cuidado com os filhos) estabelecer uma conceituação de gênero desvinculada de parâmetros biológicos:

“Gênero, em todos os grupos humanos<sup>5</sup>, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” Rosaldo (1995, p.22).

Collier e Yanagisako (1987) fariam, posteriormente, a crítica da suposição universal das categorias de *gênero* e *parentesco* como meras reproduções (ou percepções à semelhança) dos parâmetros ocidentais de tais conceitos. Na verdade questionam diretamente a existência universal de tais categorias. Para elas, *gênero* e *parentesco* deveriam ser entendidos não como *a priori*, mas como dados empíricos; não como universais.

“Mulheres” e “homens”, como entendemos ocidentalmente, também não seriam, necessariamente, categorias universais. As autoras se embasam em Schneider (1984)<sup>6</sup>, que faz uma crítica aguda à análise do parentesco *per se*, separada de outras manifestações do social. Criticam igualmente um etnocentrismo antropológico na idéia de parentesco enquanto genealogia – em sentido ocidental. Na visão de Schneider, nada leva a crer que a noção de parentesco seja necessariamente um universal; e mesmo existente em outras sociedades, isso não significa que essa noção se estabelece de maneira semelhante à ocidental<sup>7</sup>. As autoras também afirmam, igualmente inspiradas em Schneider,

<sup>4</sup> O texto foi originalmente publicado em 1980.

<sup>5</sup> O grifo é meu e tem a intenção de mostrar que Rosaldo (1995) supunha uma definição de gênero enquanto categoria indubitavelmente universal, muito embora defendesse a compreensão da assimetria sexual enquanto socialmente específica em casa cultura.

<sup>6</sup> SCHNEIDER, David. 1984. *A critique of the study of kinship*. The University of Michigan Press.

<sup>7</sup> Schneider (apud Piscitelli, 1998, p.313) localiza que “na cultura ocidental, os laços de sangue assumem um lugar fundamental. A questão seria perguntar-se até que ponto isso acontece em todas as culturas”.

que “gênero” e “parentesco” não constituem dois domínios exclusivos e independentes de análise, mas se construiriam mutuamente, sendo que um não estaria compreendido enquanto anterior ao outro analiticamente, posto que seriam concebidos referentemente a sistemas culturais particulares.

Enquanto algumas posições no debate feminista criticam a generalização transcultural de categorias sociais (assim como das “origens da assimetria sexual”), outras fazem uma reflexão e criticam a noção estabelecida ocidentalmente sobre quem seria o sujeito do feminismo. Rosaldo, por exemplo, traz uma posição interessante - e que depois seria semelhantemente utilizada por Butler (2003a) - afirmando que “falar do *status* da mulher é pensar sobre um mundo social em termos no fundo dicotômicos onde a “mulher” é universalmente oposta ao “homem” da mesma forma em todos os contextos” (Rosaldo, 1995, p.23), o que para ela seria um reducionismo problemático em termos teóricos e metodológicos. Butler (2003a, p.18-19), em outro contexto, questiona se aceitar as “mulheres” como sujeito do feminismo não seria aceitar os termos de uma dada versão da política representacional<sup>8</sup> – confinando-se à lógica binária estipulada por esta. Afirma, então, que é necessário compreender que a categoria “mulheres”, tida como o sujeito do feminismo, é produzida<sup>9</sup> e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. Rosaldo, entretanto, diferentemente de Butler, não se aprofunda na questão da (in)existência universal da categoria “mulheres”.

Gayle Rubin, em seu texto “A Circulação de Mulheres”<sup>10</sup> (1986) propõe uma série de ‘inovações’ que influenciaram os estudos feministas (e em especial o conceito de gênero) até o início da década de 1990<sup>11</sup>. Seu conceito de “sistema sexo/gênero” auxiliou a dismantelar o conceito de patriarcado<sup>12</sup> em sua acepção anterior como conceito vigente para designar relações falocêntricas.

Seu texto procurava, através de um diálogo crítico com Lévi-Strauss, Freud e o Marxismo, “desenvolver conceitos para descrever adequadamente a organização social da sexualidade e da reprodução das convenções de sexo” (Rubin, 1986, p.9). Para tanto, seria necessário “imitar os métodos, mas não os resultados” daqueles teóricos. Rubin estava se referindo explicitamente a Engels quanto ao seu clássico “*Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, entretanto, é possível afirmar que Rubin também se manteve nos marcos do estruturalismo lévi-straussiano, quando fundou o sistema sexo/gênero no dualismo natureza x cultura.

---

<sup>8</sup> Butler (2003b) no texto “O Parentesco é sempre tido enquanto heterossexual?” também discute a questão da aceitação (ou inaceitação) dos termos propostos/impostos ao debate enquanto ilusões de únicas possibilidades possíveis. Neste caso, o ‘sim’ ou ‘não’ ao ‘casamento homossexual’.

<sup>9</sup> É interessante associar esta observação de Butler, com a seguinte afirmação de Rosaldo (1995, p.18): “os próprios objetivos das mulheres são forjados por sistemas sociais que negam a elas pronto acesso à autoridade, à estima e ao privilégio social desfrutados pela maioria dos homens”, creio que seria possível fazer uma ligação entre esta afirmação e a de Butler (2003) quanto à imposição dos termos dados pela política representacional em que homens e mulheres estão inseridos, no intuito de construção de uma posição crítica do feminismo.

<sup>10</sup> Texto originalmente publicado em 1975.

<sup>11</sup> Ver Piscitelli (1998).

<sup>12</sup> Para Rubin (1986) o *patriarcado* é apenas uma forma específica da dominação masculina, não podendo ser acriticamente estendida a outras manifestações sociais de dominação sexista. Assim, o “o uso do termo deve ser confinado ao tipo nômade-pastoril do Velho Testamento, de onde provém o termo, ou a grupos semelhantes. Abraão foi um patriarca: um homem idoso, cujo poder absoluto sobre as mulheres, crianças, gado e dependentes era um aspecto da instituição da paternidade, do modo como a paternidade era definida no grupo em que vivia” (Rubin, 1986, p.8).

Isto ocorreria, pois Rubin localiza o estabelecimento do sistema sexo/gênero na maneira como se passa da natureza à cultura, portanto, mantendo o dualismo estruturalista. A autora, no intuito de formar uma teoria sobre o sistema sexo/gênero recorre centralmente à Levi-Strauss quanto ao seu trabalho sobre a circulação de mulheres – exogamia, troca de mulheres e o tabu do incesto seriam, aos olhos do autor, os fundantes da cultura<sup>13</sup>. Para a autora, eles não são considerados dessa forma – como fundantes da cultura - mas como a “percepção de certos aspectos das relações sociais de sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres” (Piscitelli, 1998, p.309).

A idéia de ‘circulação de mulheres’ para Rubin (1986, p.13) era sedutora, pois colocava “a opressão das mulheres no interior do sistema social, e não na biologia”. Na visão de Rubin, posto que coloca as relações de opressão sexual dentro das estruturas fundantes do parentesco, *o gênero era visto como fundado (ou englobado) pelo parentesco*, assim, a autora considera, segundo Piscitelli (1998, p.310): “que o parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos.”

Por fim, a fértil associação que Rubin (1986) faz do gênero e da “heterossexualidade obrigatória” seria inspiradora de Butler, anos mais tarde, quanto a alguns dos conceitos centrais desta autora: “heterossexualidade compulsória” e o “falocentrismo”. Para Rubin (1986, p.16) “no nível mais geral, a organização social do sexo repousa sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e o controle da sexualidade feminina”. Aliás, na visão de Butler (2003, p.24), *o sistema sexo/gênero* - este como fruto dos dualismos da antropologia estruturalista - tinha por intenção mostrar que gênero era culturalmente construído e não fixo como o sexo parecia ser. Assim, o sexo permanece - de certa forma na análise de Rubin (1986) - salvaguardado dos questionamentos sobre o seu próprio caráter de construído culturalmente<sup>14</sup>.

## RECONHECIMENTO DO GÊNERO COMO CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE

Joan Scott (1990) procura estabelecer no campo da análise histórica, o que as antropólogas feministas procuraram fazer no âmbito da antropologia: transformar o gênero em uma categoria de análise social útil não apenas para os estudos feministas, mas para um conjunto mais amplo de análises sociais, enfim, como categoria de análise aplicável a todas as sociedades<sup>15</sup>.

A relação sexo x gênero, na grade conceitual da autora, apresenta alguns dos dilemas e questionamentos históricos do percurso do “feminismo acadêmico”. De certa forma a autora

---

<sup>13</sup> Rubin (1986) criticamente afirma que se fosse levada ao pé da letra as considerações lévi-straussianas, o próprio projeto feminista estaria fadado ao fracasso, posto que sob a perspectiva do autor, o tabu do incesto e a conseqüente exogamia e troca de mulheres, seriam os fundantes da cultura. Negá-los, portanto, seria estar fora da cultura.

<sup>14</sup> Como já afirmado, Collier e Yanagisako (1987) posteriormente desenvolveriam a crítica de gênero e parentesco enquanto dados universais.

<sup>15</sup> Scott é historiadora e apresenta um conjunto conceitual do que se poderia denominar gênero.

permanece, ao menos quanto à sua conceituação mais popular de gênero, com a distinção sexo x gênero, percebidos de maneira a identificar o gênero como culturalmente construído, mas o sexo como um dado “natural” (pré-cultural) que *é diferentemente percebido e significado* em diferentes sociedades: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças *percebidas* entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p.14).

Porém, no mesmo trabalho, Scott conceitua gênero de maneira distinta, sem citar necessariamente dados biológicos a priorísticos como fundadores do gênero, mas apresentando o caráter simbólico e opicionalmente binário das representações de gênero. Assim, *gênero* seria:

“os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino”. (Scott, 1990, p.14).

Para Scott, as duas definições<sup>16</sup> (que se dividem em outras subdivisões conceituais) devem ser entendidas como “ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise” (Scott, 1990, p.14).

Para fins de uma crítica a separação sexo x gênero<sup>17</sup>, Butler (2003, p.25) adverte, entretanto, sobre a construção igualmente cultural do *sexo* no ocidente, através de tensões poderosas e políticas do discurso biomédico. A autora se pergunta que, se fatos considerados naturais do sexo são produzidos pelos discursos científicos<sup>18</sup> dentro de disputas e interesses políticos e sociais, então não haveria um caráter imutável do sexo e este seria tão culturalmente construído quanto o gênero: “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre o sexo e o gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p.25).

## FEMINISMO E ANTROPOLOGIA FEMINISTA

Em “A Cidadã Paradoxal” (2002), Scott faz uma revisão da conjuntura política da assunção do feminismo como força social e política, desvendando paradoxos estruturais deste movimento, assim como do próprio sistema da democracia burguesa, com seu sujeito paradoxalmente “universal”: porém

---

<sup>16</sup> Há uma outra definição de Scott angariada através de entrevista e que reafirma a primeira definição apresentada neste texto: “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, *o gênero é a organização social da diferença sexual*”. (GROSSI, M.; HEILBORN, M.L.; e RIAL, C. 1998. “Entrevista com Joan Wallach Scott”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, CFH./CCE./UFSC, v.6). Desta forma, o discurso não seria pré-social, mas o sexo enquanto dado biológico sim.

<sup>17</sup> Sexo enquanto mais identificado com o natural e gênero com a cultura, a distinção de cunho estruturalista.

<sup>18</sup> O que parece convergir com a postura de Laqueur (2001) quando este demonstra como a noção ocidental e contemporânea de sexo, com sua divisão binária e opicional, é uma “invenção” relativamente recente.

masculino, branco, com posses, etc. O feminismo, a seu ver, desenvolveu-se – e é resultado – não das “operações benignas e progressistas do individualismo liberal”, mas *apesar e a partir* das contradições deste sistema.

Outra feminista – esta, antropóloga – que discutiu e conceituou gênero, foi Marilyn Strathern em “O Gênero da Dádiva”, publicado originalmente em 1988. A autora discute o gênero na sociedade melanésia na questão das trocas de dádivas e como esta própria relação é possuidora de gênero naquela sociedade<sup>19</sup>. Na segunda parte da Introdução: “*Um lugar no debate feminista*”, Strathern faz uma comparação e discussão de características próprias do feminismo e da antropologia, na intenção de desfazer *mitos* e perceber distintas posições epistemológicas. Strathern está, todo o tempo, comparando características de método, teoria e *práxis* do feminismo e da antropologia.

Ela apresenta também a “antropologia feminista” como receptora de críticas e resistências tanto das correntes majoritárias do feminismo quanto da antropologia, por ser, segundo a autora, uma espécie de *ciborgue* (no sentido dado por Donna Haraway, 1985) um híbrido do feminismo com a antropologia que “jamais pode se tornar apenas um”, posto que se distingue, ao mesmo tempo, da antropologia e do feminismo, recolhendo características irreconciliáveis de ambas as *epistemes*.

Strathern (1985, p.4) primeiramente conceitualiza o gênero como:

“um tipo de diferenciação categorial (...) seja ou não considerado inato o caráter sexual do corpo ou da psique de uma pessoa, a apreensão da diferença entre ‘os sexos’ assume invariavelmente uma forma categorial, e é a isso que gênero se refere”.

Nesta primeira definição, a autora procura escapar de uma definição determinística em termos biológicos.

Logo a seguir, afirma que também entende por gênero:

“aquelas categorizações de pessoas, *artefatos*, *eventos*, seqüências, etc. que se fundamentam em *imagens sexuais* – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais” (Strathern, 1985, p.5).

Desta forma, uma das contribuições interessantes desta definição é a extensão da aplicabilidade da categoria gênero para ‘coisas’ não-humanas (*artefatos*, *eventos*, *seqüências*, *animais*<sup>20</sup>...) como a própria Strathern afirma quanto ao “Gênero da Dádiva”, questão que dá título ao livro. A autora avisa que o gênero não pode ser entendido separadamente da sociabilidade, ao menos no caso melanésio. É definitivamente uma conceitualização de gênero interessante, pois o fundamenta em

---

<sup>19</sup> Strathern (1988) também propõe uma reflexão quanto a aplicabilidade universal do próprio conceito de ‘sociedade’ como dado pré-existente na pesquisa social.

<sup>20</sup> Uma aplicabilidade também seguida no trabalho de MOTTA, Flávia de M. “*O sexo dos anjos: gênero e representações sobre animais no litoral catarinense*”, onde os animais também são/estão ‘generificados’.

*imagens sexuais* - renegando o peso da resposta aos pressupostos biológicos - mesmo tendendo ser um pouco vago.

## GÊNERO ENTRE SOCIEDADES E INTERNAMENTE A UMA MESMA SOCIEDADE

Henrietta Moore no texto “Fantasias de Poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência” (2000), apresenta algumas questões necessárias à reflexão quanto a categoria de gênero analiticamente utilizada *entre* sociedades e *internamente* a uma mesma sociedade. Moore (2000, p.24) afirma que as “*culturas não têm um modelo único de gênero* ou um sistema único de gênero, mas uma multiplicidade de discursos sobre o gênero que podem variar tanto contextualmente quanto biograficamente”. A autora afirma que apesar de atualmente a antropologia reconhecer a existência de múltiplas visões de gênero em uma mesma sociedade, esta multiplicidade é vista apenas como “instâncias de variação cultural dentro de uma cultura” (Moore, 2000, p.24).

Para prosseguir sua linha de raciocínio, Moore afirma que é necessário para a antropologia desenvolver uma Teoria do Sujeito, para que se discutam melhor questões como de que maneira:

“os indivíduos se tornam sujeitos marcados por gênero; isto é, como vêm a ter representações de si mesmos como mulheres e homens, como vêm a fazer representações dos outros e a organizar suas práticas de modo a reproduzir as categorias, discursos e práticas dominantes” (Moore, 2000, p.18)

Estando estas questões postas, é necessário se discutir de que ‘sujeito’ se está falando. Moore (2000, p.25) faz uma crítica de superação ao próprio sujeito pós-estruturalista, cuja premissa básica seria a de “que os indivíduos assumem uma variedade de posições de sujeito dentro de diferentes discursos”.

Para a autora:

“os discursos são estruturados pela diferença, e assim mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes. Todos os principais eixos da diferença, raça, classe, etnicidade, sexualidade e religião têm interseções com o gênero, que oferecem uma multiplicidade de posições de sujeito dentro de qualquer discurso” (Moore, 2000, p.26).

Quanto a questão das indissolúveis interseções de gênero com outros marcadores sociais da diferença<sup>21</sup>, Butler (2003, p.20) também corrobora com tal afirmação, posto que:

---

<sup>21</sup> Moore (2002, p.31) que “gênero como uma forma de diferença não pode ser considerado isoladamente. A mútua imbricação de conjuntos de diferenças salientes significa que uma forma de diferença pode substituir outra e/ou que diferenças invocadas em um contexto podem ser utilizadas para reformular diferenças relevantes em outro”, reafirmando assim, a importância do estudo interseccional entre marcadores sociais da diferença. Esta questão interseccional pode ser vista no artigo de Lambevski (1999) quanto as interseções de classe, etnicidade, gênero e sexualidade.



“se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Retornando à crítica de Moore ao sujeito pós-estruturalista, a autora propõe, assim, um sujeito “pós-pós-estruturalista”<sup>22</sup>, baseado em um conceito de “identidade múltipla, cambiante e muitas vezes autocontraditória... uma identidade feita de representações heterogêneas e heterônomas de gênero, raça e classe, e muitas vezes cortando línguas e culturas” (De Lauretis apud Moore, 2000, p.27). O sujeito pós-pós-estruturalista seria *o próprio lugar das diferenças*, “diferenças que constituem o sujeito e são ‘internas’ a ele” (Moore, 2000).

Chegando a este sujeito “pós-pós-estruturalista”, é possível compreender mais facilmente a proposta de criação de uma *instabilidade crônica/estrutural de gênero* - proposta, não nestes termos, por Moore (2000) - em que em um dado momento um sujeito se investe de um comportamento de gênero (interno a um jogo de gênero<sup>23</sup>) em que deve, na lógica discursiva, ser diferentemente masculino/feminino, dependendo de situações conjunturais/biográficas, e no instante seguinte, muito do jogo ter se alterado e outras lógicas discursivas se impõem<sup>24</sup>. Como no exemplo apresentado por Moore das duas propagandas para mulheres, em que uma exaltava o caráter independente, forte e decidido de uma mulher vestindo calças compridas e a outra, inversamente, mostrava uma mulher usando meias-calças junto a um slogan semelhante a “para meninas que não gostam de usar calças compridas”. Este seria um exemplo da coexistência de discursos distintos sobre como, ou o que é *ser* mulher.

Desta forma, retira-se do debate proposto por Moore, que há uma multiplicidade de feminilidades e masculinidades coexistentes nas muitas lógicas discursivas que são acionadas diferentemente em momentos em que se espera socialmente que um comportamento de gênero seja performatizado. E como é óbvio que há desobediências/resistências a estas expectativas sociais de gênero, Moore desenvolve então a idéia de violência como “crise de representação” frente às frustrações das “fantasias de identidade”, e conseqüentemente “fantasias de poder”, criadas por intermédio das expectativas de gênero.

## BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>22</sup> Baseada na reformulação feminista do sujeito pós-estruturalista efetuada por Teresa De Lauretis (1986).

<sup>23</sup> No sentido proposto por Ortner (1996) e ligado a questões de *agência*.

<sup>24</sup> “A existência de múltiplos discursos de gênero dentro de um mesmo contexto social significa que em muitas situações um discurso que enfatiza a natureza oposicional e mutuamente exclusiva das categorias de gênero pode existir ao lado de outros discursos que enfatizam a natureza processual, mutável e temporária da atribuição de gênero” (Moore, 2002, p.28).

Por fim, creio que o conceito de gênero de Butler (2003) como performatizado, cujo *ser* do gênero é mais um efeito do que propriamente uma ontologia, pode criar um diálogo com a percepção de Moore (2000) da coexistência dos “múltiplos discursos de gênero”, principalmente no que diz respeito à *performance* de gênero – esses discursos se manifestariam na prática de distintas *performances* de gênero. Posto que ambas não afirmam uma materialidade do *ser* generificado, mas do gênero discursivamente constituído e socialmente performatizado, e levando igualmente em consideração que a “própria noção de sujeito só é inteligível por meio da aparência de gênero” (Butler, 2003, p.59).

Este artigo, desta forma, procurou apresentar parte da dinâmica do debate feminista nas últimas décadas acerca dos conceitos “gênero” e “sexo” - assim como das relações entre esses conceitos - analisando em especial as influências do *biologicismo* (das implicações do discurso da “diferença sexual” *naturalizada*) no desenvolvimento teórico de tais conceitos. A intenção não foi mostrar uma “evolução” do debate feminista (uma vez que as variações dos distintos conceitos apresentados ainda são utilizadas correntemente), mas propriamente uma visão contingente do percurso, em especial, da categoria de gênero.

#### AGRADECIMENTOS

Este artigo é fruto da disciplina Relações de Gênero, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC em 2006/2 pelas professoras doutoras Sônia Weidner Maluf (minha orientadora) e Flávia de Mattos Motta. Desta forma ele segue roteiros, debates e inúmeras reflexões propostos por essas professoras (tendo relações profundas com a produção acadêmica de ambas), sem os quais este artigo sem dúvida não existiria.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. 2003a. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 2003b. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*. Nº21, p.219-260.

COLLIER, Jane & YANAGISAKO, Sylvia J. 1987. *Gender and Kinship : essays towards a unified analysis*. Stanford: Stanford Un. Press. (Introdução, 1-13; e Cap.1: Towards a unified analysis of gender and kinship, p.15-50).

LAMBEVSKI, Sasho A. 1999. Suck my Nation – masculinity, ethnicity and the politics of (homo)sex. *Sexualities*. London: SAGE Pub, vol.2, p.397-419.

LAQUEUR, Thomas. 2001. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

MALUF, Sônia Weidner. 2002. Corporalidade e Desejo: Tudo Sobre Minha Mãe e o gênero na margem. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n.1. Florianópolis, CCE/CFH/UFSC.

MOORE, Henrietta. 2000. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu (14)*, p.13-44.

ORTNER, Sherry. 1996. *Making Gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon press.

PISCITELLI, Adriana. 1998. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. *Revista Estudos Feministas*, vol. 6, n.2, p.305-321.

ROSALDO, Michelle. 1995. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 1, n.1, p.11-36.

RUBIN, Gayle. 1986. A circulação de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. *Nueva Antropologia*, vol. VIII, N.30. México, p.95-145.

SCOTT, Joan. 2002. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Ed. Mulheres.

SCOTT, Joan. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol.16. n.2, Porto Alegre, p.5-22.

STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift*. Berkeley, University of California Press. (Introduction and Cap.2: A place in the feminist debate).

Artigo recebido: 12/10/2007

Aceito: 15/02/2008